

A Ética Cristã Numa Época de Relativismo Moral: O problema da corrupção moral envolvendo evangélicos no contexto brasileiro

Tiago Abdalla T. Neto

Após o famoso escândalo do “Mensalão” que mostrou próceres do governo e do Partido dos Trabalhadores (PT) oferecendo propina para que deputados apoiassem a coalização partidária de Lula, muitos brasileiros se encontraram estarrecidos e indignados com a proporção da corrupção que infestara o Congresso Nacional. A nação começou a se mobilizar com mais intensidade contra estes abusos de poder e evangélicos tomaram maior consciência de seu papel importantíssimo na sociedade da qual faz parte. Protestos mediante vários meios ocorreram com o fim de cobrar a integridade dos parlamentares brasileiros.

Pouco tempo depois, mais um escândalo de corrupção nacional fora descoberto. Membros da Câmara e Senado prejudicaram o orçamento nacional devido ao esquema de compra de ambulâncias e UTIs móveis superfaturadas. O pior é que quase metade da Frente Parlamentar Evangélica se encontrara na lista dos investigados. Curiosamente, a denominação cujo número de deputados envolvidos no escândalo foi maior, costuma pregar o evangelho da fé que se preocupa, essencialmente, em alcançar bênçãos materiais. Isto nos ajuda, de certa forma, na busca da solução para o terrível problema de muitos evangélicos encontrados no meio da pilantragem nacional.

O primeiro problema a ser destacado, portanto, é a ênfase na busca pelo dinheiro, antes que por uma ética poderosamente capaz de transformar nossa sociedade. Em sua Primeira Carta a Timóteo, Paulo advertira ao jovem pastor sobre o perigo de homens que ensinavam doutrinas contrárias ao evangelho (1 Tm 6.3-10). O propósito desses homens era usar a piedade como fonte de lucro, indicando a coerência entre o ensino falso, promovido por pessoas orgulhosas, e o uso da fé para alcançar riquezas. A consequência inevitável de pessoas assim, seria a queda em armadilhas, desejos descontrolados e perigosos, que, por sua vez, os conduziria à ruína e destruição. Assim, o apóstolo concluiria: “Pois o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males” (1 Tm 6.10, NVI). Um quadro por demais semelhante com o contexto presente.

A solução para o dilema, então, é buscar o verdadeiro evangelho e a real piedade que entende a nossa breve passagem neste mundo, para onde nada trouxemos nem dele levaremos qualquer coisa (1 Tm 6.6-8). É necessário

pregar evangelho da cruz no lugar do “evangelho” da glória do homem, apelidado por Martinho Lutero de “Teologia Porca”. Mesmo preservando o sentido do uso deste termo em seu contexto, a ênfase antropológica, antes que teológica, continua a mesma, infelizmente, no *kerigma* popular de nossa época. Urge lembrar, em nossos dias, que a fé produz obras e não dólares (Tg 2.14-26), e as bênçãos espirituais já recebidas em Cristo são, essencialmente, de natureza espiritual (Ef 1.3-14).

No sermão do monte quando Jesus ensinou seus discípulos a viverem como comunidade do reino e, assim, serem “sal da terra” e “luz do mundo” (Mt 5.14-16), não estava preocupado em que os crentes espalhassem pelo mundo técnicas sobre como ganhar dinheiro ou alcançar o lucro, mas de viverem uma ética que ultrapassava a conhecida em sua época (5.20), levando os homens a contemplarem a justiça de Deus e a reconhecerem, dando glórias a Ele (5.16). Assim, também, aqueles que exercem a liderança política nacional e afirmam experimentarem um relacionamento real com Cristo e serem parte de Sua igreja, precisam lembrar de seu papel importante de testemunharem a justiça de Cristo para o mundo em seu redor e produzirem, então, transformação na ética política deste país.

Outro princípio a ser lembrado aos representantes evangélicos no governo é o da responsabilidade que as Escrituras atribuem àqueles que se encontram no poder de uma nação. Precisam conhecer profundamente a lei de Deus e não se considerarem superiores aos demais, usurpando de privilégios que não lhes compete (Dt 17.18-20). A crítica do profeta Isaías aos governantes de Judá era a sua falta de compromisso com a justiça social, deixando de defender e se preocupar com os menos favorecidos do povo e, no lugar disso, prejudicavam os pobres por aceitarem o suborno na hora de julgar (Is 1.10, 17, 23).

Por fim, a consciência do cristão de que sua posição de autoridade, seja legislativa, executiva ou judiciária, é dada por Deus, deve, inevitavelmente, conduzi-lo ao compromisso com a ética cristã e busca pelo bem da comunidade acima de seus próprios interesses (Rm 13.1-4). É nada mais que cumprir o segundo maior mandamento, reflexo da realização do maior, pois o amor ao Deus justo implica em ser justo no amor dispensado ao próximo.